

# 2015\_Novo Governo

## Coletânea de artigos recentes

### Portugal: A Esquerda também aprende - Carta Maior

12 out. 2015 ... Tudo leva a crer que a esquerda portuguesa começou a entender que o ciclo p  
25 de Abril de 1974 está a ...

[cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm\\_conteudo\\_id...](http://cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm_conteudo_id...)

### Portugal: Bom Natal e Pior Ano Novo! - Carta Maior

27 dez. 2011 ... *Portugal* é um pequeno país, nós sabemos. Possui pouco mais de dez milhões  
92 mil quilômetros ...

[cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm\\_conteudo\\_id...](http://cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm_conteudo_id...)

### Portugal: Derrota da Direita e desafiador quadro político - Carta Maior

12 out. 2015 ... Em *Portugal* estamos vivendo um período político difícil mas desafiado  
janelas de esperança se abriram.

[cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm\\_conteudo\\_id...](http://cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm_conteudo_id...)

### Trem noturno para Lisboa, de Bille August: pequena filosofia em ...

4 dez. 2013 ... A jornada o levará ao *Portugal* revivido de meio século atrás, fim da dit  
livro, 'O Ourives das Palavras', de ...

[cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm\\_conteudo\\_id...](http://cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm_conteudo_id...)



### Portugal: Algumas coisas que a esquerda tem que a

15 out. 2015 ... A altíssima abstenção de 43,07%, a  
sinal mais evidente da rejeição do sistema político po

[cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm\\_conteudo\\_id...](http://cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm_conteudo_id...)

### Reforma Universitária, em Portugal - Carta Maior

Talvez surpreenda os mais novos saber que há trinta anos não havia ciências sociais em *Portugal*  
direito, havia apenas práticas ...

[cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm\\_conteudo\\_id...](http://cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm_conteudo_id...)

### No princípio era **Portugal** - Carta Maior

26 set. 2012 ... Mas antes dos espanhóis, foi o reino de *Portugal* que se estruturou primeiro também que liderou o primeiro ...

[cartamaior.com.br/?/Coluna/No-principio-era-Portugal/26869](http://cartamaior.com.br/?/Coluna/No-principio-era-Portugal/26869)



### Em **Portugal** e na Grécia trabalha-se mais de 400 horas

9 jul. 2015 ... Se contabilizarmos o emprego total, contabilizaram-se 2042 horas/ano, em *Portugal* 1857 ho

[cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm\\_conteudo...](http://cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm_conteudo...)



### Boaventura de Sousa Santos: para **Portugal** sair da crise - Carta Maior

8 abr. 2011 ... Começo por descrever os próximos passos do aprofundamento de uma estratégia de saída. O que neste ...

[www.cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm\\_conteudo...](http://www.cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm_conteudo...)

## **Coalizão conservadora vence as eleições legislativas de Portugal – 05 outubro**

<http://www.brasildefato.com.br/node/33125>

Internacional - 05/10 às 08h47 - Atualizada em 05/10 às 08h56

• *Segundo 98,5% das urnas apuradas, Bloco da Esquerda e coligação dos comunistas e ecologistas ficaram em terceiro e quarto lugar, respectivamente, no pleito.*

05/10/2015

Do Opera Mundi



**Pedro Passos Coelho, primeiro-ministro português | Foto: Agência Lusa**

A coalizão de centro-direita Portugal à Frente (PàF), liderada pelo atual primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, venceu as eleições legislativas neste domingo (4) em Portugal. Ainda não se sabe, contudo, se obterá maioria absoluta para formar governo. Formada pelo Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Popular (CDS-PP), ambos de centro-direita, a coalizão conquistou 37,0% dos votos, com 98,5% das urnas apuradas, frente 32,3% dos votos obtidos pelo Partido Socialista, liderado pelo ex-prefeito de Lisboa António Costa.

Em terceiro lugar está o Bloco de Esquerda (BE), que registra 10,1% dos votos e, em seguida, a Coligação Democrática Unitária (CDU) — aliança entre os partidos Comunista (PCP) e Ecologista — que conta com 8,1%.

Em relação às últimas eleições, o partido que mais cresceu em Portugal foi o Bloco de Esquerda, com aumento de 5% dos votos.

Segundo o jornal português *Observador*, após os resultados, o CDU e o BE desafiaram o líder socialista António Costa a impedir Passos Coelho de formar governo. Para o Secretário-Geral do PCP, Jerónimo de Sousa, o PS “tem condições para formar governo” e que a CDU rejeitará qualquer tentativa de Governo PSD-CDS.

Os colégios eleitorais fecharam as portas às 20h locais (16h de Brasília). Mais de 9,6 milhões de cidadãos foram convocados às urnas para escolher os 230 deputados do novo Parlamento português, chamado de Assembleia da República. No pleito, o número de abstenções foi de 43,4%, um recorde na história do país.

No Brasil, segundo **Opera Mundi** apurou, muitos eleitores com cidadania portuguesa não receberam a correspondência do governo de Portugal com a

cédula eleitoral para ser postada no Correio. Para o presidente da Comissão Nacional Eleitoral, Jorge Miguéis, o não recebimento das cartas se deve à greve dos Correios que ocorreu no Brasil.

As eleições legislativas ocorrem a cada quatro anos em Portugal. No pleito de 2011 foram vencidas pelo PSD com 38,6% dos votos, seguido por PS (28,0%). Na ocasião, a coalizão de comunistas e ecologistas conquistou 7,9%. **Austeridade novamente**

Esta é a primeira vez que um governo da zona do euro que implementou medidas de austeridade irá se reeleger desde a crise de 2008. Assim como a Grécia e a Irlanda, Portugal foi um dos países que cortou benefícios sociais e aumentou impostos em troca de um pacote de resgate econômico.

Desde 2011 no cargo, Passos Coelho elevou os impostos e cortou gastos como pensões, salários e investimentos em saúde e educação. Durante seu mandato, o premiê enfrentou protestos e baixa popularidade. Atualmente, a dívida pública portuguesa corresponde a 130% do PIB (Produto Interno Bruto) do país, em contraste com 111% há quatro anos.

Recentemente, a economia de Portugal mostrou alguns sinais de recuperação: o desemprego está no nível mais baixo (12,4%) desde o início de 2011 e o PIB do segundo trimestre cresceu 1,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

### **Coligação PSD/CDS vence eleições de Portugal, mas não com maioria de votos – 05 outubro**

*Jornal do Brasil*

<http://www.jb.com.br/internacional/noticias/2015/10/05/coligacao-psdcds-vence-eleicoes-de-portugal-mas-nao-com-maioria-de-votos/>

O jornal Diário de Notícias, de Portugal, publica nesta segunda-feira (5/10) artigo que analisa o resultado das eleições do país. Segundo o artigo, a primeira grande vitória da noite de domingo (4/10) foi o das pesquisas. Apesar da perplexidade e desconfiança com que foram olhadas nas últimas semanas, não se enganaram.

A coalizão de centro-direita venceu com 38,6% dos votos, contra 32,4% para a oposição socialista, mas perdeu a maioria absoluta no Parlamento. O resultado reeleger o primeiro-ministro Passos Coelho.

O PSD-CDS ganhou 104 assentos (132 em 2011), com 38,5% dos votos; seguido PS António Costa com 85 lugares (74 há quatro anos) e 32,4% dos votos; o Bloco de Esquerda (BE), com 19 lugares (em comparação com oito em 2011) e 10,2% dos votos, eo PC com 17 lugares (16 em 2011) e 8,1% dos votos; e Animalist Parte 1 assento e 1,4% dos votos. A maioria é alcançada com 116 assentos.

Segundo o jornal, Portugal foi o primeiro país dos resgates das dívidas a dar a vitória nas eleições aos partidos que aplicaram o programa de ajuste fiscal (na Irlanda e na Grécia, os partidos nas mesmas circunstâncias sofreram pesadas derrotas). A se julgar por esse resultado, que por ter sido previsto nas pesquisas não é menos surpreendente, os portugueses dobrarem a votação no Bloco de Esquerda (BE) em relação a 2011, que ultrapassou o seu melhor resultado (em 2009 teve 16 deputados) e é agora a terceira força do parlamento. E um novo partido - nada mais nada menos que o PAN (Pessoas, Animais, Natureza) que elegeu o seu primeiro deputado.

É uma Assembleia da República muito diferente da anterior a desta legislatura. A vitória de PSD (Partido Social-Democrata) e o conservador CDS/PP (Partido Popular) além de corresponder ao seu segundo pior resultado em termos de votos (pior só em 2005, com a primeira maioria absoluta do OS (Partido socialista) quando juntos contaram 2. 069. 840) coloca-os em minoria num Parlamento dominado pela esquerda, garantindo grandes dificuldades para um governo da coligação. Muito criticado por ter dado posse ao último governo de Sócrates, que saiu das eleições de 2009, apoiado apenas num PS em minoria, e sendo impossível convocar eleições antes de junho de 2016 (o PR não pode dissolver um Parlamento nos últimos seis meses do mandato), Cavaco não tem tarefa fácil pela frente.

Segundo o jornal, no PS, o clima estará de "cortar à faca". Com um resultado muito aquém daquilo a que se tinha proposto - antes de mais ganhar, e "ganhar por muito", não por "poucoquinho", como qualificara a vitória do PS nas "europeias" de 2014 - António Costa não se demitiu, como muitos antecipavam.

De acordo com a análise, tudo leva a crer que antes de falar fez contas do número de deputados do PSD e do PS para ver qual dos partidos tinha o maior grupo parlamentar (recorde-se que prevendo a eventualidade de os socialistas serem em número maior, Passos aventou que seria possível PSD e CDS/PP

constituírem uma bancada comum), já que mencionou o fato de existir um partido com mais parlamentares que o PS.

Na base desta contabilidade poderá ter estado a teoria do constitucionalista Vital Moreira, expressa num artigo no “Diário Económico”, de que, extinguindo-se as coligações no ato eleitoral, o importante, para efeitos de formação de governo, seria a dimensão do grupo parlamentar. Arrumada (aparentemente) essa questão, o secretário-geral do PS deixou subentendido que espera que Cavaco chame Passos para formar governo. E disse que não fará cair um Executivo sem existirem condições para viabilizar outro. Ou seja, lançou um aviso aos partidos parlamentares restantes. Em parte respondido por antecipação por Catarina Martins, que no seu discurso afirmara cumprir a promessa de oposição feroz a um governo Passos/Portas sem assumir claramente ônus de criar uma alternativa viável.

Costa está numa situação muito complicada: tendo na campanha asseverado de que nunca viabilizaria o Orçamento de um governo PSD/CDS, sabe que se for responsável pela ingovernabilidade isso pode ter como resultado, em eleições antecipadas, um cenário igual ao de 1987, quando o governo minoritário de Cavaco caiu e o PSD conseguiu a primeira de duas maiorias absolutas. Mas viabilizar o governo de Passos não é melhor: torna-o um alvo ainda mais apetitoso para o BE e PCP (Partido Comunista Português)/PEV (Partido Verde) e esvazia o espaço político do PS.

Um risco que decorre aliás do resultado destas eleições, nas quais os dois partidos de centro (PSD e PS) perdem peso e os socialistas são ainda confrontados com um problema adicional: caso Costa tivesse se demitido, quem seriam os candidatos no lugar dele?

12/10/2015 - Copyleft

**Portugal: A Esquerda também aprende**

<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Portugal-A-Esquerda-tambem-aprende/34710>



Boaventura de Sousa Santos

**O PS começou a aprender que quanto mais se parecer com a direita, mais os cidadãos se identificarão com as alternativas à esquerda.**

---

Tudo leva a crer que a esquerda portuguesa começou a entender que o ciclo político iniciado com a Revolução de 25 de Abril de 1974 está a terminar e que todos juntos talvez sejam suficientes para inverter o processo de decadência estrutural que a coligação de direita iniciou com a ajuda da troika. No sentido que lhe atribuo, decadência significa divergência progressiva, em vez de convergência progressiva com o rendimento médio europeu e os indicadores sociais que lhe estão associados. A prazo, se houvesse convergência, os jovens portugueses teriam tanta necessidade de emigrar como os jovens alemães ou finlandeses. Está em curso o processo oposto.

Não é ainda claro o que cada partido aprendeu. O Partido Socialista (PS), com 32% dos votos contra 36% da coligação de direita, começou a aprender que quanto mais se parecer com a direita menos a direita precisa dele e menos precisam dele os cidadãos e cidadãs que, inconformados com as políticas de direita, começam a identificar alternativas à esquerda. Se aprender esta lição, terá igualmente que aprender que vai ser necessário organizar alguma rebeldia a nível europeu, com sabedoria e aliados europeus. Sem renegociação/restruturação da dívida e com o actual Tratado Orçamental, a decadência é fatal com ou sem exercícios fantasiosos de macro-economia. Aprenderá? Não esqueçamos que a ignorância estrutural no PS é muito alta. Só isso explica que Francisco Assis, dirigente da ala direita do partido, esteja à espera que o partido lhe caia nas mãos. Se isso acontecer, terá o triste privilégio de ser o coveiro do PS.

O Bloco de Esquerda (BE), com 10% dos votos, e o Partido Comunista Português (PCP), com 8%, (ambos a crescerem mas o BE a crescer dramaticamente e a ultrapassar pela primeira vez os comunistas) aprenderam que os portugueses lhes deram demasiados votos para poderem ser apenas votos de protesto. Durante a campanha eleitoral ouviram muitas vezes o apelo dramático: “tirem esta direita do poder”. Os portugueses querem soluções governativas de esquerda e contra a austeridade. Mas para poderem fortalecer uma alternativa política, os dois partidos deveriam entender-se entre si e não apenas cada um deles com o PS. Aqui a história pesa muito.

O novo Partido Livre (PL), constituído em grande medida por dissidentes do BE, não conseguiu eleger ninguém. Mas com o PL a esquerda também aprendeu. O Livre foi uma presença talvez passageira mas salutar no panorama político português porque introduziu duas inovações, uma programática e outra organizativa. No plano programático, foi a primeira força política, depois do 25 de Abril, a pôr a unidade de esquerda no centro da sua agenda política, uma unidade assente em bases programáticas credíveis. Foi a única força política que abraçou convictamente a democracia directa e participativa na eleição dos seus candidatos e se articulou de modo não proprietário com movimentos sociais autónomos, como foi o caso do Movimento de Cidadãos por Coimbra (CPC). Em geral, e salvo situações de total descrédito das forças políticas dominantes (como actualmente em Espanha), as grandes inovações políticas não são bem acolhidas em processos eleitorais, dominados por rotinas, lealdades e aparelhos. Mas o facto de não beneficiarem quem as introduz não quer dizer que se percam. A inovação programática introduzida pelo Livre foi decisiva para a mudança estratégica (e não apenas táctica, ao que parece) do BE no sentido de, já na campanha eleitoral, se abrir a uma aliança com o PS que no passado parecia ser o seu inimigo principal. Trata-se de uma aliança condicionada por linhas vermelhas, mas, mesmo assim, uma disponibilidade nova.

O Livre conseguiu impor parte da sua agenda, mas poderá aprender com a sua vitória? Para isso, deveria equacionar dissolver-se em nome da unidade de esquerda por que lutou desde que se realizassem as seguintes condições: o BE mostra que a unidade de esquerda é, para os tempos que se aproximam, a melhor decisão estratégica; adopta a inovação organizacional do Livre, a democracia directa no interior do partido, acabando de vez com vanguardismos, leninistas ou não; mostra-se disponível para acolher os activistas do Livre, a grande maioria deles ex-militantes ou ex-simpatizantes do BE, se estes assim o entenderem; a direcção do Livre põe à discussão nas suas bases, votantes e simpatizantes a

hipótese da dissolução nas condições referidas, e o voto é pela dissolução. Qualquer que seja o resultado, será um momento alto de pedagogia política de esquerda. Se a decisão for a não dissolução, o Livre terá um mandato mais forte para continuar. Se o Livre se dissolver, os movimentos sociais que se articularam com ele nada têm a perder. O CPC, por exemplo, continuará a sua luta por resgatar Coimbra das oligarquias políticas mediócras e corruptas que a têm destruído. Em próximos períodos eleitorais serão os partidos a necessitar do CPC, e não o contrário.

### **Portugal: Algumas coisas que a esquerda tem que aprender com a direita – 15 outubro**

<http://cartamaior.com.br/?Editoria/Internacional/Portugal-Algumas-coisas-que-a-esquerda-tem-que-aprender-com-a-direita/6/34741>

A esquerda tem que aprender a fazer o seu próprio caminho, mas deve fazer isso estrategicamente, estruturando suas ideias fortes e sendo fiel a elas.

---

**Francisco Louçã (\*), publicado pela revista 'Bitácora', do Uruguai**



A altíssima abstenção de 43,07%, a maior da história de Portugal, é o sinal mais evidente da rejeição do sistema político português à política de ajuste neoliberal imposta pela Troica.

A coalizão de direita Portugal a Frente (PaF, PSD CDS) obteve 36,8% dos votos e 99 deputados, aos que deve-se somar mais 5 cadeiras (1,5% dos votos) do PSD na Ilha da Madeira. Não tem maioria absoluta. O Partido Socialista de Antônio

Costa obteve 32,4% dos votos e 85 deputados. À sua esquerda, se produz o ascenso do Bloco de Esquerda, grande vencedor moral da jornada, com 10,2% e 19 deputados, superando a coalizão do Partido Comunista (PCP) com os Verdes (Coalizão Democrática Unitária-CDU), que conseguiu 8,3% dos votos e 17 parlamentares.

Com esse resultado, se abriu um período de forte instabilidade. A direita, apoiada desde Bruxelas pela Troica, tentará formar um governo que continue com as políticas de austeridade. Mas para impor essas políticas, necessita do apoio do Partido Socialista, que vem tentando se diferenciar, com um programa de “austeridade com rosto humano”, algo tão impossível quanto o centro eleitoral que buscava num país de classes médias empobrecidas. Se o PS fosse capaz de superar as pressões das oligarquias portuguesa e europeia, apesar de sua derrota eleitoral, teria a possibilidade, teoricamente, de formar um governo, apoiado pelo bloco de esquerda e pelo PCP em favor de um programa anti Troica.

Em suas primeiras declarações pós eleitorais, depois de se negar a apresentar sua renúncia após a derrota nas urnas, António Costa se viu envolvido numa contradição: adiantou que não formará parte de uma “coalizão negativa” – adjetivo curioso para uma aliança de esquerda – mas que tampouco apoiará um programa de austeridade da direita. Ou seja, se oferece para negociar uma política alternativa a favor do “mal menor” junto com a direita, de mãos dadas com a Troica.

### **Chegou a névoa**

A direita perde votos (meio milhão mais ou menos, em comparação com 2011), o centro se recupera um pouco (e sem polarizar as vítimas da austeridade) e a vitória da nova esquerda impressiona, enquanto o PCP se mantém no mesmo patamar. Conclusão: a direita reclama o poder sem saber se tem maioria parlamentar. No país real, a austeridade perdeu, e perdeu por muito.

A direita, com Passos Coelho e Paulo Portas, fez todos os acordos que o roteiro pediu, mas se esqueceu de respeitar os eleitores, dizendo a eles o que querem para os próximos quatro anos. Sem maioria, seu governo será uma alma penada inviável, um perigo para Portugal.

Na esquerda, Catarina Martins ganhou e deslumbrou. Segura politicamente, comunicadora eficaz, preparada tecnicamente. E, sobretudo, portadora da única proposta que importa: soluções para promover o emprego, proteger a seguridade

social e reduzir a desigualdade. Tiro o chapéu para ela.

No centro, o PS semeou dúvidas, com um programa liberal, um pesado silêncio sobre os compromissos e erros do passado. Mas se a direita não conseguir conformar uma maioria, o PS terá que escolher: ceder tudo ou oferecer uma alternativa com prioridades concretas contra a austeridade. E se a direita conseguir se impor apesar de estar em minoria no país, sua responsabilidade não será menor.

A recomendação que o cenário deixa é a de pensar menos no partido e mais no país, para enfrentar a tragédia do desemprego, dos salários baixos, da emigração como porta de saída. A urgência se tornou mais urgente.

Nos últimos anos, a direita tem se reconfigurado em Portugal. Os partidos são os mesmos, mas com uma nova geração: Passos Coelho e Miguel Relvas são os símbolos desses prometedores políticos que fizeram estágio nas juventudes do partido ou nas empresas financeiras ou de outro tipo, e que chegaram ao poder (alguns, após fracassar na política, tiveram sucesso nos negócios). Um exemplo é Bruno Macáes, tuiteiro frenético do governo: é ignorância? é ideologia? É tudo ou nada, por isso é um triunfador mimado nos círculos do governo, porque representa a inocência e o descaro que o tornam um fantasma das ideias preconcebidas.

Vale a pena pensar o que mudou para se chegar a esse ponto.

Mudou a ideologia. Esqueçam a “social democracia” e a redistribuição. Agora o que vale é a “competitividade” e o “espírito empresarial”. Esqueçam-se de Sá Carneiro, que pediu para se unir à Internacional Socialista, e agora é um dos fundadores do Partido Popular Europeu, integrado pelo PSD e o CDS. Se esqueçam de todo o passado, de Manuela Ferreira Leite, por dizer que ainda quer ser social-democrata. Para os novos líderes da direita, a falta de ideologia não significa falta de ideias: pelo contrário, o vazio do pragmatismo é uma engenharia social, povoada pela doutrina das chamadas “reformas estruturais”. A medida em que essa linguagem se torna hegemônica na Europa, o caminho vai sendo mais fácil: muitos governos têm a mesma ideologia e a migração política entre o centro e a direita se facilita desse modo.

Como se chegou a essa transformação ideológica, e essa obediência política é o que me interessa analisar aqui. Para essa transformação, os mais visionários construíram uma rede de aparatos ideológicos. Foi uma ação deliberada e estratégica, nada ocasional. Um sucesso construído meticulosamente. Durou anos

e é o seguro de vida desses ideólogos sem ideologia.

### **Vasos comunicantes de ideias**

Na produção de ideias comunicantes, os aspectos a salientar são dois.

O primeiro é o mapa do discurso oficial, repetido em conferências e seminários, em revistas e nas intervenções dos “especialistas” convidados habitualmente pela televisão: para eles tudo é fácil, a partir da tese da “austeridade inteligente” ou “expansionista”, segundo a qual o ajuste de uma economia se efetua através da flexibilidade do mercado de trabalho, a redução dos salários resolve o problema do desemprego, o corte de gastos do Estado acaba com o problema do deficit. São os locutores do “tudo é fácil”. O discurso oficial tem virtudes sedutoras, apresenta um dicionário simples, suas palavras são tópicos resistem a qualquer evidência dos fatos. A União Europeia é o santo que nos dá os cimentos dos pilares ideológicos. A neogermanofilia é a fábrica dos quadros da direita, a nova bússola, num grande jogo de “siga o chefe”.

O segundo aspecto é o sistema de reprodução das ideias, o mais forte, creio. Se as ideias não são originais nem sensatas, são ao menos banais e criam um sentido comum. O frango do vizinho é maior que o meu, o acomodado se queixa da renda mínima que os pobres recebem – a direita faz disso uma indústria eleitoral. O sentido comum se ampliou, contudo, com a mais católica das virtudes, o discurso da culpa e do castigo. Nosso sofrimento existe porque merecemos, e menos mal que temos como viver alguns meses da pensão dos nossos avôs, porque o salário dos novos postos de trabalho criados é de 580 euros em media. Menos mal que cumprimos nossa penitência, enquanto o chicote continua alegrando nossas costas do outro lado.

Esse discurso tem um outro aspecto meticulosamente oculto e preparado. Nos jornais, estão sintonizados com esse aparato comunicacional, mesmo vendo minguar o apoio financeiro a essa tarefa. O principal operador dessa tarefa é o Correio da Manhã, na verdade todo o grupo, tanto o jornal quanto o canal a cabo, com a brilhante estratégia de trivializar as coisas que acontecem (ao povo), além da revista Sábado, para os leitores de “classe A e B”, preocupados em mostrar um retrato cor-de-rosa do país). Recentemente, esse aparato foi reforçado por um novo jornal Observador, uma incubadora de repetidores de ideias neoconservadoras, encabeçado por um dos seus precursores, José Manuel Fernandes, e seguido por um grupo de analistas e jovens promessas da

elaboração de simplismos e textos fácil, ou graduados como Helena Matos e Rui Ramos. Renunciando orgulhosamente a qualquer pretensão de pluralismo e consciente da dívida contraída com os empresários o financiam, Observador é uma trincheira ideológica desvergonhada.

Na disputa entre as ideias, o que funciona é a concentração que cria autoridade. Todos juntos, fazem o coro da banalidade e do sentido comum da culpa e do sacrifício.

### **Redes sociais, empregos e influências**

Por outro lado, os aspectos comentados acima são mais diversificados em termos de organização social.

O grupo Compromisso Portugal foi um dos primeiros a surgir, e embora efêmero, conseguiu reunir a nata dos jovens empresários, elaborou um discurso liberal, influiu nos partidos da direita, incluindo o PS, e preparou o terreno para apoiar a Cavaco Silva. Logo foi a vez da Fundação Francisco Manuel dos Santos, cuja principal colaboração foi uma carta de apresentação, marcadamente ideológica, mas útil para a compilação dos dados e, portanto, atrativo para grandes setores da sociedade. A Fundação, com a seleção de conferencistas e gestores, sempre esteve enfocada num único objetivo: agrupar os liberais e reunir ideias.

Na gestão das expectativas e dos postos de trabalho, a organização das redes é ainda mais variada: essas jovens figuras da direita estão nas assessorias da Presidência da República, na administração da Santa Casa de Misericórdia, nos postos de direção das empresas públicas e privadas, etc. A direita tem se apoiado numa rede que cobre as empresas e o poder. Como ocorre também com o Partido Socialista, diga-se de passagem. Essas redes de emprego garantem a formação da seita e a inclusão da mobilidade social dos seus quadros. Assim elas criam um espaço político.

### **Vida social e consagração da elite**

Por último, em termos de representação social, temos uma ação deliberada e o movimento gerado pelas formas de poder e de reprodução do poder.

A ação deliberada corresponde às organizações patronais que tem um papel mais

político nas negociações de leis e a projeção de influências na formação dos empresários ou na configuração dos interesses industriais ou financeiros.

A ação no movimento social é a mais profunda, já que é a que se reproduz por si mesma. Veja, por exemplo, como a direita destruiu o movimento estudantil, que era um dos centros de contestação social, por sua agilidade e seu radicalismo. A operação de aniquilação do movimento estudantil foi mais eficaz na medida em que não foi planejada por um conspirador: bastou simplesmente reproduzir a autoridade social, domando a universidade, onde os jovens ainda se sentiam jovens e livres. Em primeiro lugar, os cursos universitários foram reduzidos a três anos, diminuindo também a sociabilidade continuada pela presença na escola e recordando desde o princípio que logo chegaria o momento de pagar a matrícula do mestrado, ou de precisar de apoios para buscar trabalho. Em segundo lugar, a rede pública de ensino médio foi sucateada, através de conflitos promovidos entre os professores mediante a redução do seu espaço de trabalho, atacando a imagem das escolas públicas e, ao mesmo tempo, multiplicando o financiamento das escolas privadas e defendendo essa saída como imprescindível. Em terceiro lugar, e mais importante – por ser mais reticular –, o trote foi promovido como padrão habitual de comportamento e de reconhecimento social dos estudantes, e portanto sujeito à degradação da obediência animal, ao reconhecimento da hierarquia tutelar e onipotente diante da submissão emocional. O sucesso dos trotes é o maior sinal da vitória da direita entre os jovens, e a esquerda reage a isso com pânico, assumindo um vergonhoso silêncio, incapaz de se opor a esse autoritarismo e à dinâmica de animalização do estudante, ao optar por não fazer nada, como se isso se tratasse de uma moda passageira.

### **Aprender da direita antes que seja tarde demais**

Sim, a esquerda tem que aprender das vitórias da direita. A esquerda tem objetivos contraditórios como os da direita, e deve se mobilizar para enfrentar a conjuntura. Para isso, requer instrumentos de participação e não a passividade, requer criatividade e não a submissão, requer radicais e não conformistas. Enquanto isso, deve também aprender porque a direita acerta.

A esquerda tem que aprender a fazer o seu próprio caminho, mas deve fazer isso estrategicamente, com tempo para situar suas fichas, para construir suas instituições, para tecer suas conexões e redes, estruturar suas ideias fortes e ser fiel a elas, ampliando-as. De pouco vale os fogos de artifícios comunicacionais, não será um sound byte o que responderá à tensão social. Portanto, tem que contar

com instrumentos capazes de dar resposta aos que permitiram a vitória social da direita: meios de comunicação de ideias, formação de quadros, o recrutamento de capacidades, a reprodução ampliada. Em outras palavras, são necessárias associações transversais, movimentos sociais com raízes (e o movimento sindical perdeu espaços de legitimidade, enquanto o movimento estudantil se desvaneceu), novas formas de representação e mobilização mais capazes, de think tanks com revistas abertas (creio que um exemplo é a revista Crítica Econômica e Social), colóquios que permitam desenvolver ideias, debates agressivos na Internet, utilizando o humor, a crítica e a invenção, centros de investigação sérios e que acreditam num pensamento rigoroso e crítico, o de iniciativas concretas.

Um bom programa para esquerda, se quiser ganhar a médio ou longo prazo, é multiplicar todos e cada um desses pilares. Portanto, tem que deixar de ser condescendente: está perdendo a batalha da criação de ideias e necessita voltar à luta. Sem isso, avançará pouco no curto prazo.

*\*Francisco Louçã é um economista português de reputação acadêmica internacional. Membro da American Economic Association e de outras associações internacionais. Membro do conselho editorial de revistas científicas no Reino Unido, Brasil e Portugal. Colaborador de algumas das principais revistas científicas internacionais – American Economic Review, Economic Journal, etc.*

Tradução: Victor Farinelli

## **Portugal: Derrota da Direita e desafiador quadro político**

Em Portugal estamos vivendo um período político difícil mas desafiador. Com otimismo moderado afirmo: janelas de esperança se abrem.

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Portugal-Derrota-da-Direita-e-desafiador-quadro-politico/6/34707>

---

**Manuel Carvalho da Silva - Alternativas, El País**



Os resultados das eleições do passado dia 4 de outubro criaram em Portugal um quadro político significativamente diferente daquele que o país viveu nos últimos 4 anos e meio. É já claro que surgirão pressões novas/ mudanças no sistema político-partidário e/ou suas práticas. Entretanto, Passos Coelho e seus pares, bem como o Presidente da República (PR) procuram dar a aparência de que mantêm o mesmo poder.

Primeiro, a coligação de direita, formada por PSD e CDS teve uma grande derrota: mais de 700 000 votos perdidos face aos resultados que havia obtido em 2011, caindo 12 pontos percentuais (de 50,4% para 38,5%) e ficando agora com menos 28 deputados. A direita não pode governar sozinha. Precisa de apoios para fazer aprovar o seu programa de governo e o Orçamento do Estado, pode nem sequer formar governo, ou sustentar um governo de duração limitada.

É um fato inquestionável que existia na sociedade portuguesa, há poucos meses atrás, a perspectiva de que esta coligação de direita no governo teria uma derrota ainda maior e havia também um certo consenso (expresso em pesquisas e na opinião pública dominante) quanto à possibilidade de o PS ser a força política mais votada e com significativa diferença. Entretanto, com o aproximar do dia das eleições, as pesquisas e o ambiente da campanha eleitoral foram progressivamente mostrando que a direita não teria a perda inicialmente prevista e o fato de aquele cenário, verdadeiramente possível, não ter sido atingido, propiciou no plano nacional e no plano europeu, o surgimento de uma certa ideia de vitória das políticas de austeridade e uma tentativa de relançamento da tese da sua eficácia na resolução dos problemas com que os povos e os países como Portugal se debatem. Trata-se de uma grande mentira que rapidamente ficará a nu.

Entre os inúmeros fatores que se podem enunciar como justificação para as

escolhas feitas pelos portugueses e portuguesas, podem considerar-se: i) o PS enredou-se em contradições, desde logo apresentando um programa eleitoral marcadamente técnico (com notas pontuais de influência neoliberal) quando o combate era político. Daí resultou um debate eleitoral em que no centro da discussão esteve muito mais o programa do PS do que o balanço dos 4 anos e meio de governação da direita e das propostas que esta tinha ou não para o futuro. Na parte final, os dirigentes do PS acreditaram que o PS podia resolver o problema apresentando-se como o saco do voto útil, esquecendo que a social-democracia há muito surge aos olhos dos cidadãos sem programa capaz de gerar alternativas sérias e que muitos cidadãos, apesar de gostarem muito da Europa como projeto comum, começam a apostar em propostas políticas que afrontem as regras europeias; ii) a emigração de centenas de milhares de portugueses (aproximadamente 500 000) nos últimos anos levou para fora do país ativistas jovens, facto que enfraqueceu bases e capacidades de mobilização à esquerda; iii) uma parte do descontentamento das pessoas – que andam a fugir da vida porque esta é muito dura – refugia-se na abstenção perante a inexistência de alternativas que interpretem os seus dramas; iv) os discursos e intervenção do PR, sempre numa perspetiva de subjugação do país perante os poderes dominantes na União Europeia (UE) e/ou posições dos mercados, bem como o seu combate a políticas alternativas tiveram, ao longo dos anos, um efeito desmobilizador no comportamento dos portugueses e de favorecimento da direita; v) a ideia de que no espaço da UE e da zona euro será muito difícil fazer vingar políticas alternativas foi muito reforçada com o processo político grego e com a avalanche de pronunciamentos de dirigentes e tecnocratas da UE. Sem dúvida que isto intimida e estes medos não serão ultrapassados sem que à esquerda se desenvolvam respostas mais sólidas, o que ainda não aconteceu no processo eleitoral.

Segundo, o PS embora não tenha atingido os objetivos eleitorais a que necessariamente se propunha, conseguiu aumentar a sua votação em mais de 180 000 votos, subiu (em comparação com os resultados obtidos em 2011) mais de 4 pontos percentuais e terá no novo Parlamento mais 11 deputados do que os que tinha até aqui. Está objetivamente no seio de um enorme sarilho, debaixo de fortes pressões da direita, do Presidente da República que atua com todo o descaramento para favorecer a direita e, por certo, sofrendo também fortes pressões dos poderes dominantes na UE e dos “mercados”. Tudo farão para o tornar prisioneiro da direita e uma parte significativa de “quadros” do PS, há muito que vendeu a alma ao diabo. Por outro lado, como refiro a seguir, aumentou significativamente a pressão à sua esquerda. Contudo, o PS “entalado” e obrigado a gerir cenários complexos estará, ao mesmo tempo, no centro de todo o processo político e à partida continua com condições para fazer melhor do que tem feito.

Terceiro, as forças à esquerda do PS reforçaram-se. O BE passou de 5,2% para 10,2%, a que correspondeu uma votação de quase 550 000 votos e a eleição de 19 deputados (antes tinha 8). O PCP ficou com 8,3% do global de votos (antes tinha 7,9%) elegendo 17 deputados, e obtendo mais de 450 000 votos. Se a estes dois partidos juntarmos a votação de alguns outros pequenos que não elegeram ninguém, temos uma representação eleitoral à esquerda do PS, bem superior a 20% do eleitorado.

Além disso quer o BE, quer o PCP avançaram com a afirmação de posições políticas novas no sentido de poderem trabalhar compromissos com o PS com vista a gerar-se uma “maioria de esquerda” para viabilizar um governo. E têm sido comedidos nas exigências que fazem. Qual a sinceridade e os objetivos táticos e estratégicos destas posições, qual a capacidade e disponibilidade do PS para as gerir e potenciar, são interrogações que não de ter clarificação nos próximos tempos; mas é inquestionável que estes novos dados vão influenciar relações de forças – estão já a desencadear o surgimento de novas confluências, mas também contradições nos posicionamentos das esquerdas – e ter impactos em todo o quadro político-partidário existente e no futuro político do país.

Quarto, com estes resultados a Assembleia da República vai ter lugar de relevo como já não tinha há muitos anos. Perspetiva-se mais debate e conflito de posições, que obrigará ao desenvolvimento de propostas com mais qualidade e fundamentação, necessidade de mais negociação e de criação de compromissos novos. Para a democracia portuguesa será bom que o Parlamento desempenhe esse papel. As grandes mudanças não se fazem sem práticas novas e, além disso, todos os deputados (e as forças políticas representadas) têm responsabilidade igual nos seus mandatos.

Dois outros aspetos importa realçar: primeiro, o PR, que atabalhoadamente e de forma inqualificável apressou-se a entregar a Passos Coelho a tarefa de encetar diligências com vista à observação de condições para formar governo, mesmo antes de falar com todos os partidos e de estar feita a contagem dos votos dos emigrantes e identificando ele próprio condicionalismos que pretendem afastar o BE e o PCP da participação ou apoio a um governo de esquerda; não vai desarmar nas suas intenções, mas está já com os poderes de intervenção diminuídos pois em finais de janeiro ou fevereiro já está eleito um novo PR. Figuras da direita já berram contra a hipótese de entendimentos fortes à esquerda. Estão tão habituados a agir para uma sociedade que instituiu que uma parte dos cidadãos são excluídos, que também querem instituir a impossibilidade de forças de

esquerda

poderem

governar.

Segundo, ao contrário do que pregam “orgulhosos” certos políticos europeus, os portugueses não sancionaram as políticas de austeridade. É bom lembrar que a direita proclamou durante toda a campanha eleitoral que “a crise e a austeridade” já passaram. Eles conquistaram votos a partir do convencimento de que agora vai haver recuperação de direitos e de condições de desenvolvimento.

Estou convencido que a sociedade portuguesa se mobilizará para exigir essa recuperação, seja qual for o futuro governo. Ninguém ignora o excesso do quadro cor-de-rosa com que a direita tentou pintar a realidade do país, todos sabemos que são grandes os problemas económicos e políticos que atingiram a UE e a situação internacional, mas acima de tudo só cabeças loucas podem apresentar as políticas austeritárias como solução para um futuro melhor.

Em Portugal estamos vivendo um período político difícil mas desafiador. Com otimismo moderado afirmo: janelas de esperança se abriram.

*\*Professor universitário, coordenador do Observatório sobre Crises e Alternativas do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Ex-sindicalista.*

## **Portugal – a esquerda já pode governar?**

19/10/2015 - 01h10

<http://noblato.globo.com/artigos/noticia/2015/10/portugal-esquerda-ja-pode-governar.html>



Manif com cravos

vermelhos (Foto: Arquivo Google)

Numa evolução inesperada que ninguém previu, duas semanas depois das eleições que deram maioria relativa à coligação de direita no poder (36,8%), a possibilidade de um governo de esquerda tornou-se uma realidade em Portugal.

Por enquanto, é certo, ainda só uma possibilidade – mas que está em cima da mesa com tanta legitimidade e probabilidade de se concretizar como qualquer outro dos cenários ainda a ponderar pelo Presidente de República depois dos encontros com os partidos que vai ter esta semana.

A situação de fundo que explica o volte-face é o facto de, pela primeira vez na história da democracia portuguesa do último meio século (com exceção do ano atípico de 1985), a força que ganhou as eleições não ter no Parlamento uma maioria do seu próprio campo político-ideológico. Somados, os votos à esquerda pesam mais, podendo por isso impedir – se houver acordo entre as diferentes formações que integram essa área – PS, PCP e BE – quaisquer medidas governativas que precisem de ser aprovadas na Assembleia da República.

Ainda assim, a expectativa generalizada, quando foram conhecidos os resultados, na noite de 4 de Outubro, era de que o Partido Socialista – de acordo com a tradição das últimas décadas - se inclinasse mais para um entendimento com a direita, abstenendo-se na votação do orçamento para o

próximo ano e dando assim luz verde à continuação do atual executivo, que reúne PSD com CDS.

Duas circunstâncias vieram, entretanto, perturbar esse cenário e infirmar as previsões dos analistas:

1) a inclinação do atual líder do PS, António Costa, para acordos com a esquerda – a exemplo do que fez enquanto foi presidente da Câmara Municipal de Lisboa; e

2) a disponibilidade manifestada pela primeira vez pelos comunistas e pelos bloquistas de chegarem a entendimentos com os socialistas com vista à formação de um executivo. Esta mudança de atitude, a confirmar-se, é uma viragem histórica no quadro político português.

Desde o 25 de Novembro de 1975, quando foi derrotada no confronto militar com a direita, a extrema esquerda - e sobretudo os comunistas, sua ala mais organizada e combativa, contando com o apoio da URSS – esteve sempre confinada a um papel de protesto. Não chegou a ser banida do sistema, como alguns queriam; mas, olhada como quinta coluna, Guerra Fria oblige, foi-lhe ferreamente barrado o acesso a quaisquer responsabilidades governativas, consentindo-se, no máximo, que administrasse o poder local.

Uma capitis diminutio a que o PCP parecia aliás ter-se afeiçoado, na situação confortável de não ter que assumir compromissos.

Agora, um quarto de século volvido sobre a queda do muro de Berlim, essa atitude, aparentemente, mudou. Com o espantinho do comunismo morto, não haveria mais anátema e o campo estaria aberto para uma participação comunista no governo.

Mais fácil dizê-lo do que concretizá-lo. Estimulada ao longo de décadas pelos sectores mais conservadores, em particular da Igreja Católica (que agora

mesmo veio dizer pela voz do Cardeal Patriarca de Lisboa achar “mais natural” um acordo do PS com o PSD e o CDS!), cristalizou no país uma atitude hostil em relação à esquerda de uma forma geral e em particular aos comunistas, que não será fácil ultrapassar. A sua própria intransigência contribuiu para isso. Basta lembrar que foi com o voto dos comunistas e dos bloquistas circunstancialmente aliados à direita que em 2011 foi derrubado o governo socialista de José Sócrates. E na recente campanha eleitoral, comunistas e bloquista reservaram para o PS boa parte das suas críticas mais ferozes.

Mas a verdade é que, depois da experiência cáustica do governo de direita dos últimos quatro anos, a esquerda à esquerda do PS parece, ainda que relutantemente, ter aprendido a lição e estar aberta a entendimentos com os socialistas.

Dada a história recente, é legítimo que muito se interroguem sobre a consistência dessa mudança de atitude. E se questionem também sobre se será possível compatibilizar os compromissos internacionais do país – União Europeia e NATO, em particular – com a presença da extrema esquerda no poder, sabendo-se como se sabe que os partidos que a integram não escondem, por exemplo, ser contra o euro e o Pacto Orçamental e pela reestruturação da dívida.

Ou seja, a URSS já não existe, mas há hoje outras linhas vermelhas que continuariam a aconselhar o afastamento da esquerda do poder.

A isto pode objetar-se que têm sido as políticas da direita a produzir resultados mais negativos e potencialmente mais perigosos para o equilíbrio do sistema e da sociedade, a ponto de ser aconselhável um reequilíbrio ao centro que só o PS está em condições de assegurar, precisando para isso, do apoio da extrema esquerda, ainda que limitado a algumas políticas e sem pôr em causa o essencial dos compromissos externos.

O sistema político de governo, ao polarizar-se em dois grandes eixos e incluindo sectores que até hoje dele estavam excluídos, poderia até beneficiar-se da experiência. A democracia, consolidada em Novembro de 1975, ficaria

agora mais completa, assumindo os sectores que então marginalizou. O “arco da governação” abriria em toda a sua plenitude.

Resta saber se a esquerda à esquerda do PS está disponível para sacrificar o que resta do seu radicalismo, encetando um processo de aggiornamento ao qual sempre resistiu com receio de perder a sua própria identidade. E também se o PS não se dividirá se encetar por este caminho, como sugerem as críticas e advertências de algumas das suas figuras vindas a lume na última semana.

Uma coisa é certa – um simples acordo tático da esquerda com os socialistas para viabilizar o próximo orçamento será insuficiente para garantir a tão necessária estabilidade que todos dizem defender. Ou seja, a esquerda já pode governar?

### **Passos Coelho forma governo de militantes**

<http://www.dn.pt/portugal/interior/presidencia-anuncia-novo-elenco-governativo-4857173.html>



LUSA

PUB

O novo executivo de Passos tem duas novas pastas e há cinco caras novas

O novo governo de Pedro Passos Coelho é fortemente partidarizado e assenta numa perspetiva de continuidade, com nove ministros a transitarem do anterior executivo e oito novos ministros, dos quais três já estavam no governo como secretários de Estado. Ou seja: em 17 ministros só há cinco novatos no Executivo.

O "cartão de militante" pesou. Recorrendo à prata da casa, Passos Coelho escolheu nomes que são militantes, dirigentes ou muito próximos de PSD e CDS. Mesmo entre os independentes (como Rui Medeiros e Margarida Mano) é possível encontrar esses laços: a professora universitária, por exemplo, é independente foi cabeça de lista pela coligação em Coimbra nas legislativas.

Algumas das principais pastas governativas como as Finanças (Maria Luís Albuquerque), os Negócios Estrangeiros (Rui Machete) e a Defesa (Aguiar-Branco) continuam a ser lideradas por quem as ocupava no anterior executivo. Passos e Portas mantêm, naturalmente, as posições de primeiro-ministro e vice-primeiro-ministro.

Entre os que continuam estão ainda Jorge Moreira da Silva (Ambiente) e Luís Marques Guedes, que acumula a Presidência, pasta que já tinha, com o Desenvolvimento Regional, que antes era gerida por Miguel Poiars Maduro.

Os ministros do CDS também continuam os mesmos e nas mesmas pastas, à exceção da já mais que anunciada saída de António Pires de Lima da Economia. Pedro Mota Soares mantém-se na Segurança Social e Assunção Cristas na Agricultura. Na Economia sai CDS, entra CDS: Miguel Morais Leitão é o novo ministro.

Morais Leitão, que era secretário de Estado adjunto de Portas, é um dos três secretários de Estado que foram promovidos a ministros. Teresa Morais passou de secretária de Estado da Igualdade a ministra da Cultura, e Leal da Costa passou de secretário de Estado a ministro da Saúde. Passos não conseguiu segurar Paulo Macedo.

Novidade no governo são Fernando Negrão, que fica com a pasta da justiça (sai Paula Teixeira da Cruz), João Calvão da Silva substitui Anabela Rodrigues na Administração Interna, Margarida Mano substitui Nuno Crato na Educação.

Já Carlos Costa Neves entra no governo para gerir a pasta dos Assuntos Parlamentares, que antes era gerida por Marques Guedes, que em compensação tem agora os fundos comunitários deixados órfãos por Poiars Maduro. Rui Medeiros entra para uma pasta também criada de novo: a Modernização Administrativa.

Cavaco Silva dará posse na sexta-feira às 12.00.

Confira quem se mantém e quais os novos ministros:

**Primeiro-ministro:** Passos Coelho

**Vice-Primeiro-Ministro:** Paulo Portas

## **Portugal: Cavaco Silva deu posse ao novo governo**

<http://www.portugues.rfi.fr/mundo/20151030-portugal-cavaco-silva-da-posse-novo-governo>

10/11/2015 17h13 -



O Presidente da República de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, e o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho.

REUTERS/Rafael Marchante

### **RFI**

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, deu posse, esta sexta-feira, ao governo da coligação PSD-CDS. PS, PCP e BE prometem apresentar moções de rejeição ao programa do executivo nos dias 9 e 10 de Novembro na Assembleia da República.

Esta sexta-feira, Pedro Passos Coelho foi empossado primeiro-ministro pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, no Palácio da Ajuda, em Lisboa.

Cavaco Silva afirmou que o executivo de Passos Coelho tem "plena legitimidade para governar", alegando que em 40 anos de democracia a responsabilidade de governar sempre coube a quem ganhou as eleições.

**"Sem estabilidade política, Portugal tornar-se-à um país ingovernável. E, como é evidente, ninguém confia num país ingovernável",** disse Cavaco Silva. **Oiça aqui o excerto do discurso do chefe de Estado, num som recolhido pela agência Lusa.**

#### **Cavaco Silva, Presidente de Portugal**

**[Ouvir \(00:52\)](#)**

**+**

30/10/2015

O governo vai apresentar o seu programa à Assembleia da República a 9 e 10 de Novembro, mas o PS, PCP e BE prometeram apresentar moções de rejeição, o que pode implicar a demissão do Governo.

#### **Composição do novo governo:**

O novo executivo tem 53 elementos, a começar pelo primeiro-ministro, vice-primeiro-ministro, 15 ministros e 36 secretários de Estado. Trinta e quatro transitam do anterior governo, e há 19 caras novas.

- Primeiro-ministro: Pedro Passos Coelho
- Vice-primeiro-ministro: Paulo Portas

## **Esquerda aprova moção, e governo de Passos Coelho cai em Portugal**

Primeiro-ministro venceu eleições de 4 de outubro. No entanto, esquerda conta com maioria absoluta no Parlamento. Do G1, em São Paulo

[HTTP://G1.GLOBO.COM/MUNDO/NOTICIA/2015/11/ESQUERDA-APROVA-MOCAO-E-GOVERNO-DE-PASSOS-COELHO-CAI-EM-PORTUGAL-20151110155505314801.HTML](http://G1.GLOBO.COM/MUNDO/NOTICIA/2015/11/ESQUERDA-APROVA-MOCAO-E-GOVERNO-DE-PASSOS-COELHO-CAI-EM-PORTUGAL-20151110155505314801.HTML)

A esquerda portuguesa aprovou nesta terça-feira (10) uma moção de rejeição com a qual derrubou o governo do primeiro-ministro conservador Pedro Passos Coelho. A decisão abre caminho para que uma administração liderada por socialistas termine com anos de medidas de austeridade.

A moção foi aprovada por 123 votos a favor e 107 contra, anunciou o presidente da Assembleia Nacional, o socialista Eduardo Ferro Rodrigues, ao término da votação com a qual se encerrou o debate parlamentar sobre o programa do Executivo de centro-direita.

Como estava previsto, sua queda acontece apenas 11 dias após tomar posse, graças à aliança de socialistas com marxistas e comunistas, que juntos contam com maioria absoluta na câmara, com 122 cadeiras das 230 do Parlamento.



Passos Coelho deixa tribuna após sua última intervenção na sessão em que seu governo foi derrubado (Foto: Patricia de Melo Moreira)

saiba mais

- [Partido Socialista português quer derrubar governo de direita](#)
- [Pedro Passos Coelho é nomeado primeiro-ministro de Portugal](#)
- [Direita vence eleições legislativas em Portugal mas perde maioria absoluta](#)

Passos Coelho [ganhou as eleições do último dia 4 de outubro](#) com cerca de 39% dos votos, seis pontos a mais que o segundo colocado, o líder socialista António Costa, uma vitória insuficiente para revalidar a maioria com a qual contou na legislatura anterior.

Mas a coalizão de direita do primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, no poder

desde 2011, perdeu a maioria absoluta depois de adotar uma impopular política de austeridade por quatro anos.

O comitê central do Partido Comunista português aprovou no domingo a formação de um governo socialista, apoiado pela união de esquerda durante "uma legislatura de quatro anos".

A comissão nacional do Partido Socialista, uma instância interna, aprovou no sábado o programa de governo apresentado por seu líder, Antonio Costa, fruto das negociações com os comunistas, com o Bloco de Esquerda e com os Verdes.

Costa criticou o governo por ser "submisso" em relação ao restante da Europa e por fazer mais corte do que os exigidos de credores. "**Portugal** quer mudança", disse ele.



Parlamento de Portugal se reúne nesta terça-feira para votar a moção de rejeição do governo apresentada pelo coalizão de esquerda (Foto: AP Photo/Armando Franca)

Espera-se que nas próximas semanas ele se torne o novo primeiro-ministro de Portugal, segundo reporta a agência Associated Press.

O presidente português Anibal Cavaco Silva, chefe de estado que não tem poder executivo, deverá consultar os partidos políticos nos próximos dias antes de decidir se convidará Costa a formar um novo governo ou se nomeará um governo interino.

Mas especialistas acreditam que isso é improvável, de acordo com a agência Associated Press.

### **Protestos**

Enquanto no interior do plenário a oposição derrubava o governo, duas manifestações díspares aconteciam às portas do parlamento, uma em apoio dos conservadores e outra favorável aos grupos de esquerda.

Milhares de pessoas se juntaram na região, separadas por um corredor de segurança e atentamente vigiadas pela polícia, que reforçou o esquema de segurança para evitar incidentes.

O protesto convocado por membros dos partidos de centro-direita dirigiu suas críticas contra o líder socialista, António Costa, que se postula como o próximo primeiro-ministro, e lhe acusou de liderar um ataque contra os legítimos ganhadores das eleições.

Do outro lado, manifestantes reunidos pelo maior sindicato do país, a CGTP (de orientação comunista), mostraram seu respaldo a um acordo de esquerda que ponha fim à austeridade.

### **Confiança dos investidores**

Enquanto a esquerda comemorava a chance de aumentar rendimentos afetados durante a crise financeira, cortar impostos e proteger benefícios sociais, o governo minoritário alertou que recuar com a austeridade pode colocar Portugal numa rota similar à da Grécia.



O premiê de Portugal, Pedro Passos Coelho, é visto durante debate do Parlamento do país, em Lisboa, nesta terça-feira (10) (Foto: Patricia De Melo Moreira/AFP)

A perspectiva de um governo apoiado pelos comunistas e pelo Bloco de Esquerda tem balançado investidores e provocado temores de que uma recuperação econômica frágil possa sair dos trilhos num país que acabou de sair de um programa de socorro internacional no ano passado.

"O tabu terminou, o muro foi quebrado", disse o líder socialista, António Costa. "Esse é um novo quadro político, a velha maioria não pode fingir ser o que deixou de ser", afirmou ele.

A ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, alertou o Parlamento que a confiança dos investidores já estava diminuindo, enquanto que a perspectiva de não cortar o déficit orçamentário, de acordo com os compromissos firmados com a União Europeia, poderia levar a uma nova crise da dívida e tornar necessário outro socorro.

"Não precisamos imaginar as consequências. Basta olhar para a experiência recente da Grécia e o custo das suas tentativas de terminar com a austeridade. Mais recessão, mais pobreza, mais falta de empregos e maior dependência de empréstimos europeus e do FMI."

Os socialistas insistem que irão respeitar as regras orçamentárias da União Europeia e que voltar a conceder maiores rendimentos às famílias deverá impulsionar a economia. Mas muitos economistas têm questionado esses planos.

## Após 'virada à esquerda' em Portugal, António Costa toma posse como primeiro-ministro

Redação | São Paulo - 26/11/2015 -

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/42410/apos+virada+a+esquerd+a+em+portugal+antonio+costa+toma+posse+como+primeiro-ministro.shtml>

Governo de centro-direita de Passos Coelho durou apenas 27 dias; aliança de partidos de esquerda, liderada pelo Partido Socialista, assume o poder

O líder do PS (Partido Socialista) de Portugal, António Costa, tomou posse como primeiro-ministro do país na tarde desta quinta-feira (26/11), no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa. Costa foi nomeado pelo presidente de Portugal, Cavaco Silva, responsável por indicar quem será responsável por formar o governo. Além de Costa, 17 ministros e 41 secretários de Estado foram empossados na cerimônia.

EFE



António Costa (à direita) liderará o 21º governo de Portugal desde a redemocratização do país, em 1974

Em discurso na cerimônia de posse, Costa pontuou que seu governo é legítimo. "Com a entrada em funções deste governo, termina um momento político, certamente complexo e delicado, mas inteiramente normal numa democracia parlamentar. Através de um processo de diálogo político

transparente e democrático, formou-se uma maioria estável que assegura, na perspectiva da legislatura, o suporte parlamentar duradouro a um governo coerente", declarou ele.

Portugal passou por eleições legislativas em 4 de outubro, na qual a coligação de centro-direita PàF (Portugal à Frente), do então premiê Pedro Passos Coelho, foi a mais votada. No entanto, a aliança não obteve a maioria absoluta dos assentos da Assembleia da República, com 107 das 230 cadeiras.

**[Syriza declara apoio a aliança entre partidos de esquerda em Portugal](#)**

**[Charge do Latuff: Esquerda dissolve governo Passos Coelho e coloca presidente de Portugal em apuros](#)**

**[Mesmo com respaldo constitucional, 'virada à esquerda' em Portugal divide população](#)**

E

O PS, que ficou em segundo lugar no pleito (32,4% frente a 36,8% da coligação do PSD com o CDS-PP), articulou uma aliança com partidos de esquerda. Junto ao PCP (Partido Comunista Português), ao BE (Bloco de Esquerda) e ao PEV (Partido Ecologista "Os Verdes"), o grupo liderado pelos socialistas somou 122 cadeiras no Parlamento e derrubou o governo de Passos Coelho no dia 10 de novembro.

Com somente 27 dias, o segundo governo de Passos Coelho foi o mais curto da história da democracia portuguesa. A [moção de rejeição ao governo foi aprovada](#) na Assembleia da República 11 dias após Passos Coelho tomar posse, no final de outubro.

Quase um quarto da bancada socialista na Assembleia, 21 dos 86 deputados, desempenhará funções de ministro ou secretário de Estado, o que leva outros parlamentares do partido a exercer um mandato na Assembleia. Situação semelhante ocorre com 19 deputados do PSD e do CDS-PP que se encontravam em cargos do governo e agora voltarão à Assembleia.

**Portugal tem reviravolta inédita em 3 décadas após 'queda-relâmpago' de premiê**

[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110\\_portugal\\_governo\\_mf\\_cc](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_portugal_governo_mf_cc)

- 10 novembro 2015



Image copyright Thinkstock

Mamede Filhode Lisboa para a BBC Brasil

**Apenas 11 dias depois de ser formado, o governo português caiu nesta terça-feira, em uma reviravolta política inédita em mais de três décadas no país.**

Uma coalizão das forças de esquerda do país deve assumir o poder, após o partido mais votado nas eleições legislativas ter sido derrubado por não alcançar o apoio necessário para governar.

A decisão de derrubar o Executivo ocorreu com a apresentação da moção de rejeição ao programa de governo da chapa de centro-direita Portugal à Frente, formada pelo Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Popular (CDS-PP) e liderada pelo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho.

Em seu lugar deve assumir uma inédita coligação de esquerda encabeçada pelo Partido Socialista (PS), liderado por António Costa, que conta também com o Bloco de Esquerda (BE), o Partido Comunista de Portugal (PCP) e o Partido Ecologista Os Verdes (PEV).

**Leia também: Carteiro promete 'adotar bandido' após ter celular roubado por menor**

**Leia também: A tragédia em Mariana pode afetar o mercado global do minério?**

A derrubada pela moção de rejeição só havia acontecido uma vez (em 1978) nas quatro décadas de regime democrático português.

"Acabou um tabu, derrubou-se um muro, venceu-se mais um preconceito. Aqui na Assembleia da República somos todos diferentes nas nossas ideias, mas todos iguais na legitimidade", disse Costa no Parlamento, ao confirmar o acordo que pode colocar os partidos da esquerda pela primeira vez no Governo.

Resta agora receber o parecer favorável do presidente português, Aníbal Cavaco Silva.

"Vivemos em Portugal um momento único da nossa democracia, algo inédito, como foi a eleição do Lula no Brasil. Ainda não temos certeza se será algo bom ou ruim, mas é fato que o acordo entre os partidos da esquerda coloca fim a um período de comodismo da política portuguesa que durava 40 anos", afirmou à BBC Brasil o analista político português José Adelino Maltez.

### **Queda do 'Arco de Governação'**



Image copyright AP Image caption **Premiê Pedro Coelho deve ficar a frente do governo até decisão do presidente, mas com poderes limitados**

O "comodismo" citado por Adelino Maltez se refere a uma convenção parlamentar conhecida como "Arco da Governação", que estava em vigor desde a queda do Estado Novo, em 1974.

Esse acordo garantia o poder sempre ao PSD ou PS, as duas principais legendas do país. Quando o vencedor das eleições não alcançava a maioria absoluta no Parlamento, recebia o apoio do lado derrotado para ter governabilidade.

A prática enraizada dessa convenção tranquilizou a coligação liderada por Passos Coelho, que se mostrava confiante em comandar a política lusa num segundo mandato de quatro anos, apesar dos resultados das eleições de 4 de outubro.

No pleito, o desgaste causado pelas medidas de austeridade no resgate português à crise cobrou seu preço: a coligação governista perdeu a maioria absoluta no Parlamento, ainda que tenha obtido 102 cadeiras na Casa, número superior a qualquer outro partido.

Mas o "Arco da Governação" começou a ruir: as reuniões com o Partido Socialista, que em anos anteriores seriam somente uma formalidade para confirmar o Executivo, não deram resultado.

Curtiu? **[Siga a BBC Brasil no Facebook](#)**

**[Leia também: Saiba como lei portuguesa pode dar cidadania a brasileiros descendentes de judeus](#)**

Passos Coelho chegou a ser empossado premiê, em 30 de outubro, mas já em clima de fim de festa, com a situação já admitindo em seu discurso que em pouco tempo estaria na oposição.

Ao mesmo tempo, os partidos da esquerda - que juntos elegeram 122 deputados - começaram a negociar um acordo para governar o país. Este foi assinado logo depois de ter sido apresentada a moção de rejeição que forçou a demissão do Executivo mais curto da história de Portugal.

O ato foi tachado como uma "manobra" dos partidos que não venceram as eleições.

"Hoje derruba-se o governo do povo, o governo que o povo escolheu. Assistimos à adulteração da vontade popular expressa nas urnas", afirmou o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro.

"Não é todos os dias que se sai do governo com o voto do eleitorado. Se não me deixam lutar à frente do Governo, como quiseram os eleitores, lutarei no Parlamento, como oposição", disse, por sua vez, Passos Coelho, em seu último pronunciamento como primeiro-ministro em mandato pleno.



Image copyright Divulgação Partido Socialista Image caption Coalizão de partidos de esquerda articulou acordo que lhe deu maioria para governar

### 'Dentro das regras'

Para o analista José Adelino Maltez, o acordo alcançado pelas forças de esquerda não fere qualquer princípio da democracia e causa estranheza por nunca ter sido aplicado na política portuguesa.

"O que acontece nesse momento em Portugal está totalmente dentro do jogo democrático, só que os portugueses não estavam acostumados a isso. Há diversos exemplos em outros países europeus, em que o segundo se junta ao terceiro e alcança uma maioria absoluta para governar no Parlamento", defendeu.

"A Assembleia expressou o que foi o desejo da maioria dos portugueses nas urnas. Nosso acordo permite uma governação consistente, estável na perspectiva da legislatura. Podemos responder em conjunto àquilo que Portugal necessita, que é a estabilidade, e àquilo que os portugueses demonstraram, que é a vontade de mudança", argumentou António Costa.

A expectativa do líder do Partido Socialista e seus aliados agora é a de que o presidente português também considere que o acordo da esquerda está dentro das regras.

**[Leia também: 5 mapas e 4 gráficos que ilustram segregação racial no Rio de Janeiro](#)**

### Zona do euro em debate

Cavaco Silva não escondeu nas últimas semanas o descontentamento com a queda do "Arco da Governação", por abrir caminho ao poder a partidos críticos

à participação lusa na União Europeia e na zona do euro, um temor que o provável futuro primeiro-ministro já minimizou.

"Vamos assegurar o rigoroso cumprimento de todas as obrigações internacionais de Portugal, (como a) participação na União Europeia e na zona do euro. Podemos fazer a mudança que os portugueses desejam com segurança", afirmou António Costa.

Não há prazo definido para que Cavaco Silva comunique sua decisão de aprovar ou não o governo.

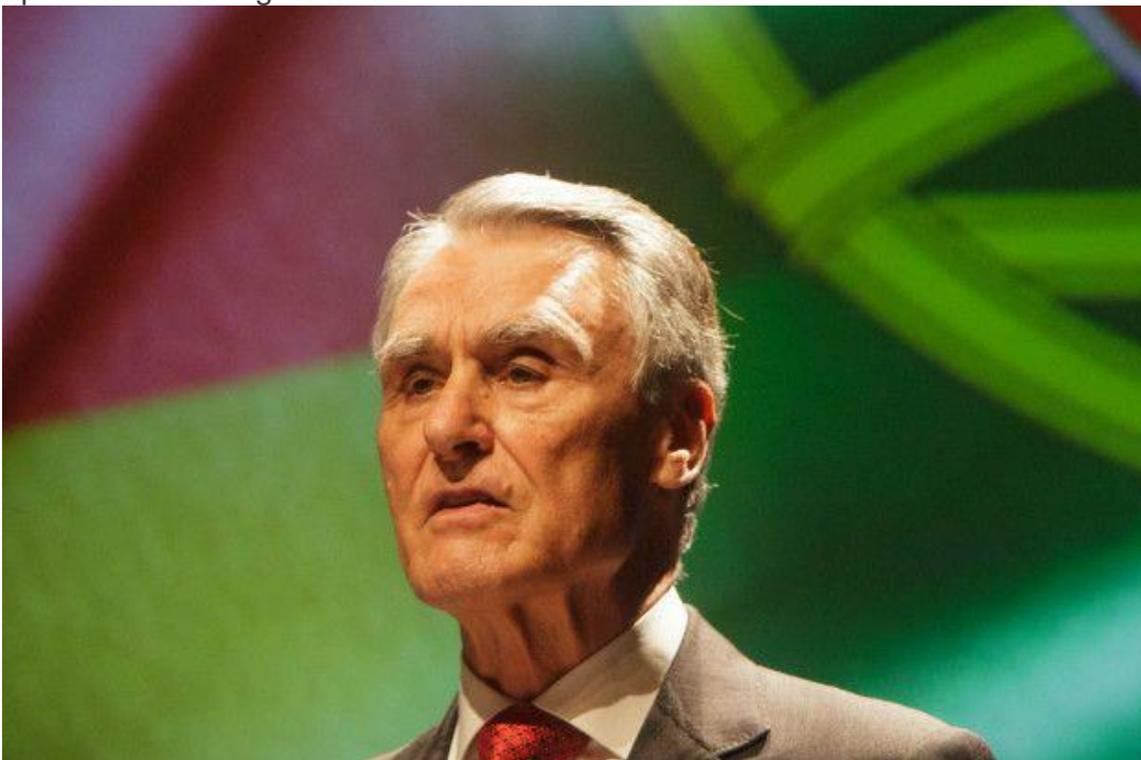


Image copyright Divulgação Presidencia de Portugal Image caption Presidente Aníbal Cavaco não tem prazo para aprovar novo governo de coalizão de esquerda

Segundo a imprensa portuguesa, o anúncio deve sair nas próximas semanas, pois o presidente pretende se reunir com analistas políticos, economistas e ex-chefes de Estados, além dos próprios partidos.

Enquanto isso, Passos Coelho mantém-se à frente de um governo de gestão, com poderes limitados no Parlamento. Esse Executivo provisório seria ainda a alternativa de Cavaco Silva caso ele não queira empossar António Costa, mas com um alto custo para Portugal.

Segundo a Constituição lusa, um novo pleito legislativo só poderia acontecer em junho de 2016, o que travaria o país politicamente, impedindo, por exemplo, a aprovação do Orçamento de Estado do próximo ano.

Por isso, a tendência é a de que Cavaco Silva dê a posse a Costa como primeiro-ministro, mesmo que a visível contragosto.

"O presidente tem uma 'bomba atômica' nas mãos, porque não tem muitos poderes, como é no Brasil, mas tem o poder de empossar ou não o primeiro-ministro. O Parlamento tem outra 'bomba atômica', que é rejeitar ou aceitar o Governo. Eles precisarão coexistir. Não creio que nenhum deles vá detonar a 'bomba'", opinou Maltez.

## **"O grande desafio começa agora", assume o Bloco de Esquerda**

<http://www.tvi24.iol.pt/politica/antonio-costa/o-grande-desafio-comeca-agora-assume-o-bloco-de-esquerda>

Catarina Martins congratula-se com o "novo ciclo" que Portugal vive com a indigitação de António Costa para primeiro-ministro  
24 de Novembro às 16:38Redação / VC

Chegou a hora do "desafio" de melhorar a vida dos portugueses. A porta-voz do Bloco de Esquerda, Catarina Martins, reagiu com entusiasmo ao "novo ciclo" que entende que o país inicia, com a [indigitação de António Costa](#) para primeiro-ministro, decisão tomada esta terça-feira pelo Presidente da República.

"O grande desafio começa agora. Pela parte do BE seremos a garantia e o compromisso pelos salários e pensões, segurança social, saúde e educação. Haveremos de ter um país um pouco mais justo"

Cavaco Silva "finalmente" indigitou Costa e "respeita" com essa decisão a "maioria existente na Assembleia da República", notou Catarina Martins.

Ao mesmo tempo, reconheceu que há "condições de estabilidade no compromisso que foi alcançado" entre o PS e as várias forças políticas à esquerda.

"Perdemos tempos mas não andámos a perder tempo", acrescentou a porta-voz do Bloco, que afiança que no "compasso de espera" das últimas semanas houve o acentuar de discussões técnicas para consolidar o compromisso para a governação do executivo liderado pelo PS.

"Descongelar pensões, aumentar SMN, parar privatizações, combater precariedade estão no centro do compromisso maioritário" da esquerda, garantiu.

A porta-voz do BE escusou-se ainda a comentar ao detalhe os nomes que vão sendo avançados como eventuais ministros do governo socialista, advogando

que o Bloco empenhou-se no acordo com o PS num entendimento sobre "compromissos políticos e não sobre titulares das pastas".

## Portugal: um governo de esquerda e inovador

<http://www.jornaldoromario.com.br/10-frontpage/590-portugal-um-governo-de-esquerda-e-inovador>

2015-11-26 às 17:53



*Por Alexandre Rribondi*

**País tem primeiro-ministro indiano, ministra da Justiça angolana, e dois secretários minoritários: um cigano e uma cega.**

Não é apenas a América do Sul que trava lutas internas e se apresenta dividida ao meio por forças que querem levar a região para a esquerda e para a direita.

Portugal, o estado moderno mais antigo da Europa, situado no extremo oeste do continente, também encontra-se em situação semelhante. Prova disso é que o atual presidente Cavaco Silva, um conservador do Partido Social Democrata (PSD), viu-se compelido a nomear António Costa, jurista de ascendência indiana, para o cargo de primeiro-ministro.

Costa foi prefeito da cidade de Lisboa e é o atual secretário-geral do Partido Socialista (PS), ferrenho adversário do presidente. Mas como foi possível que o político de esquerda passasse a liderar, na atual conjuntura, o XXI Governo Constitucional português? Justamente os confrontos entre esquerda e direita têm a ver com isso.

Acontece que, com base na vitória da direita, com 38% dos votos depositados nas urnas, o XX Governo Constitucional foi iniciado com o político Passos Coelho à frente, em 30 de outubro de 2015.

A esquerda, que havia amealhado 31% dos votos, reagiu: uniu-se ao Partido Comunista Português (PCP) e ao Bloco de Esquerda, para, juntos, apresentarem uma moção de rejeição. Assim, e depois de ter comandado o governo mais curto da república lusitana, Passos Coelho retirou-se do cargo em 26 dias depois, para que o adversário de esquerda se apresentasse à nação. Foi o governo mais breve da República lusitana.

E é assim que Portugal, o inventor do país chamado Brasil, está, hoje, dando mostras de vitalidade, com a sua capacidade de gerar surpresas políticas.

António Costa, de 56 anos, é descendente de indianos, o que faz dele o primeiro homem não-europeu a governar um país europeu. Essa questão de nacionalidade e de herança étnica e cultural ganha destaque e grande valor justamente numa época em que toda a Europa se vê abalada por súbitas e imensas correntes migratórias que vêm do Oriente Médio e da África. Dessa forma, o que poderá querer um homem cuja pele não é alva e cujos sonhos são de esquerda?

Parte desses sonhos é visível. Dos 17 ministros que apresentou ao presidente Cavaco Silva, quatro são mulheres - sendo que uma delas, Francisca van Dunem, indicada para a pasta da Justiça, é a primeira mulher negra a ocupar o cargo.

Francisca, com sobrenome holandês, nasceu em Angola, perdeu parte da família nas lutas pela libertação do país e é considerada "ferrenhamente honesta, apesar de fria e distante com os seus subordinados".

E não acabam aí as nomeações inovadoras. Na secretaria de Estado para a Inclusão de Pessoas com Deficiência, foi colocada a cega Ana Sofia Antunes.

E, por fim, para surpresa geral, o advogado Carlos Miguel foi nomeado para as Autarquias Locais. Acontece que esse novo secretário de Estado é de origem cigana, o que, em Portugal, equivale a fazer parte de uma minoria radicalmente excluída da sociedade, apesar de viver no país desde o século XV.

Da população portuguesa, de cerca de 10 milhões de habitantes, apenas 50 mil pessoas são originários dessa comunidade. Uma lei declarou-os cidadãos portugueses desde 1820 mas, mesmo assim, até 2008, 80% deles ainda eram analfabetos e conhece-se apenas um caso de mulher cigana que tenha conseguido formar-se em universidade.

Enquanto isso, Cavaco Silva, com seu ar de minuciosa intransigência, e com sua cara amarga, de quem acaba de engolir um garfo, mostra-se preocupado. Ao aceitar o socialista não-branco, deixou claro que é rigorosamente necessário que o Executivo cumpra as regras impostas pela União Europeia e que respeite, até o último dia, os compromissos derivados da filiação de Portugal à Otan.

Dessa forma, António Costa, seus ministros e seu secretário de Estado, deverão sonhar com as cores da esquerda mas acordarem num mundo que exige respeito à direita europeia.

O Palácio de Belém, de onde o presidente português a tudo observa, já declarou que o novo governo "foi formado na sequência de uma crise política aberta pela rejeição do programa do governo da coligação do PSD com o Partido Popular (CDS-PP)", e frisou que o novo governo resulta de uma "solução inédita na história da nossa democracia, suportada por uma maioria parlamentar que se comprometeu a não inviabilizar a entrada em funções de um novo executivo, o que confere às forças políticas envolvidas a responsabilidade pelo governo".

Cavaco Silva prometeu lealdade institucional ao novo governo, mas deixou claro que não vai abrir mão de nenhum dos seus poderes e que tudo fará para que o "país não se afaste da atual trajetória de crescimento econômico e criação de emprego".

Paira no ar, com suspeitas levantadas pela direita, que o XXI Governo Constitucional poderá não garantir a estabilidade política e a durabilidade do próprio governo.

O presidente, apoiado por forças minoritárias, quer, agora, que seja mantida a disposição para o diálogo com as demais forças políticas, com os parceiros sociais e com a sociedade civil. Isso significa que, no continente europeu, com ataques cruéis ou em calma aparente, ninguém mais dorme em paz.

Mesmo assim, mesmo com a fragilidade das atuais circunstâncias, é Portugal o país que tem primeiro-ministro indiano, ministra angolana, e dois secretários minoritários: um cigano e uma cega. Pode parecer pouco, levando-se em consideração o papel reduzido que Portugal representa na Europa, mas é sempre assim que se começa - um pequeno passo aqui e outro acolá.

## **«UM TEMPO NOVO PARA PORTUGAL E PARA OS PORTUGUESES»**

<http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/noticias/20151126-pm-posse.aspx>



2015-11-26 às 17:53

«O que desejamos é construir aqui, passo a passo, projeto a projeto, medida a medida, um tempo novo para Portugal e para os portugueses», afirmou o Primeiro-Ministro António Costa no [discurso de tomada de posse](#) do XXI Governo. O Primeiro-Ministro acrescentou que este é um tempo novo «de oportunidades e de esperança, que assinale, de uma vez por todas, o reencontro das prioridades da governação com os projetos de vida dos portugueses que têm direito a ser felizes aqui».

António Costa sublinhou que este é «o tempo da reunião. Não é de crispação que Portugal carece, mas sim de serenidade. Não é altura de salgar as feridas, mas sim de sará-las», porque «para acudir aos verdadeiros problemas, todas as Portuguesas e todos os Portugueses são necessários».

O Primeiro-Ministro assinalou que «não progrediremos com radicalizações. A conduta do XXI Governo pautar-se-á, pois, pela moderação. Moderado será o seu programa, realizando uma alternativa à vertigem austeritária, que só agravou os problemas económicos, sociais e mesmo orçamentais; mas será uma alternativa realista, cuidadosa e prudente. E moderada será a sua atitude».

E «este é um Governo de garantia. Da garantia fundamental e primeira de um Estado de Direito Democrático, o respeito pela nossa lei fundamental, a Constituição da República Portuguesa. Da garantia da continuidade do Estado nos seus compromissos internacionais e no quadro da União Europeia. Da garantia da estabilidade do quadro das opções estratégicas que a geografia, a história e a vontade soberana do povo português definiram como o novo lugar que o 25 de Abril abriu ao Portugal democrático».

António Costa afirmou que as reformas que temos de fazer «exigem persistência e continuidade no investimento no conhecimento e na inovação, na modernização do tecido empresarial e da administração pública, na valorização do território e dos seus recursos, na promoção da saúde, no reforço da coesão e na redução das desigualdades».

«Só assim será duradouramente sustentável um novo impulso para a convergência com a União Europeia e o objetivo essencial de qualquer boa governação de assegurar finanças públicas equilibradas, que este Governo prosseguirá através da exigente trajetória de redução do défice orçamental e da dívida pública no ciclo desta Legislatura», afirmou ainda.

O Primeiro-Ministro referiu igualmente que o XXI Governo «é fruto de um compromisso político maioritário alcançado no novo quadro parlamentar, correspondendo assim à vontade genuinamente democrática que se expressa no Parlamento diretamente eleito pelos cidadãos» e «perfilha um programa claramente apostado no virar de página da austeridade, e orientado para mobilizar Portugal e os Portugueses num triplo propósito: mais crescimento, melhor emprego e maior igualdade».

Finalmente, António Costa cumprimentou Pedro Passos Coelho, e toda a sua equipa, prestando «público reconhecimento à dedicação e esforço empenhados pelo Primeiro-Ministro cessante na sua ação governativa, num período tão crítico e de grandes dificuldades, em prol da sua convicção do interesse nacional».

Discurso de tomada de posse do Primeiro-Ministro do XXI Governo Constitucional *Tags: primeiro-ministro*

## **Todas as caras e todas as pastas do novo Governo num documento para guardar**

26 Nov 2015 *Infografia: Mário Malhão*

[http://economico.sapo.pt/noticias/todas-as-caras-e-todas-as-pastas-do-novo-governo-num-documento-para-guardar\\_235930.html](http://economico.sapo.pt/noticias/todas-as-caras-e-todas-as-pastas-do-novo-governo-num-documento-para-guardar_235930.html)

mario.malhao@economico.pt

**António Costa traz para o Governo o seu núcleo duro e reúne muitas das alas do PS sob a sua chefia. 17 ministros e 41 secretários de Estado, o segundo maior Governo, dão-lhe as armas necessárias para o combate político que se adivinha duro.**

# XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL

## APARELHO PS EM DESTAQUE NO NOVO ELENCO

António Costa traz para o Governo o seu núcleo duro e reúne muitas das alas do PS sob a sua chefia. 17 ministros e 41 secretários de Estado - o segundo maior Governo - dão-lhe as armas necessárias para o combate político que se adivinha duro.



Secretários de Estado

- Carlos Miguel**  
Autarquias Locais
- Catarina Marcelino**  
Cidadania e Igualdade
- Margarida Marques**  
Assuntos Europeus
- Teresa Ribeiro**  
Negócios Estrangeiros e da Cooperação
- José Luis Carneiro**  
Comunidades
- Jorge Oliveira**  
Internacionalização
- Helena Mesquita Ribeiro**  
Adjunta e da Justiça
- Anabela Pedrosa**  
Justiça
- Marcos Perestrello**  
Defesa
- Paulo Ferreira**  
Adjunto e do Comércio
- João Vasconcelos**  
Indústria
- Ana Mendes Godinho**  
Turismo
- Jorge Seguro**  
Energia
- Fernando Araújo**  
Adjunto da Saúde
- Manuel Delgado**  
Saúde
- Maria Fernanda Rollo**  
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
- Luis Medeiros Vieira**  
Agricultura e Alimentação
- Amândio Torres**  
Florestas e do Desenvolvimento Rural
- Isabel Botelho Leal**  
Cultura

Ministros

- EDUARDO CABRITA**  
Ministro Adjunto
- AUGUSTO SANTOS SILVA**  
Ministro dos Negócios Estrangeiros
- FRANCISCA VAN DUNEM**  
Ministra da Justiça
- AZEREDO LOPES**  
Ministro da Defesa
- MANUEL CALDEIRA CABRAL**  
Ministro da Economia
- ADALBERTO CAMPOS FERNANDES**  
Ministro da Saúde
- MANUEL HEITOR**  
Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
- CAPOULAS SANTOS**  
Ministro da Agricultura
- JOÃO SOARES**  
Ministro da Cultura
- MÁRIO CENTENO**  
Ministro das Finanças
- MARIA MANUEL LEITÃO MARQUES**  
Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa
- CONSTANÇA URBANO DE SOUSA**  
Ministra da Administração Interna
- PEDRO MARQUES**  
Ministro do Planeamento e Infraestruturas
- JOSÉ ANTÓNIO VIEIRA DA SILVA**  
Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
- TIAGO BRANDÃO RODRIGUES**  
Ministro da Educação
- JOÃO PEDRO MATOS FERNANDES**  
Ministro do Ambiente
- ANA PAULA VITORINO**  
Ministra do Mar

Secretários de Estado

- Ricardo Mourinho Félix**  
Adjunto do Tesouro e das Finanças
- Fernando Rocha Andrade**  
Assuntos Fiscais
- João Leão**  
Orçamento
- Carolina Ferra**  
Administração e do Emprego Público
- Miguel Prata Roque**  
Presidência do Conselho de Ministros
- Graça Fonseca**  
Modernização Administrativa
- Isabel Oneto**  
Adjunta e da Administração Interna
- Jorge Gomes**  
Administração Interna
- Nelson de Souza**  
Desenvolvimento e Coesão
- Guilherme W. d'Oliveira Martins**  
Infraestruturas
- Miguel Cabrita**  
Emprego
- Cláudia Joaquim**  
Segurança Social
- Ana Sofia Antunes**  
Inclusão das Pessoas com Deficiência
- Alexandra Leitão**  
Adjunta e da Educação
- João Costa**  
Educação
- João Wengorovius Meneses**  
Juventude e do Desporto
- José Mendes**  
Adjunto e do Ambiente
- Carlos Martins**  
Ambiente
- Célia Ramos**  
Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza
- José Apolinário**  
Pescas